



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações

DESPACHO

Nº do Processo: 009.00002348/2023-92

Assunto: Pedido de informação - Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria dos Transportes Metropolitanos

EMENTA: Pedido de cópia do contrato ou de qualquer outro instrumento jurídico entre a STM e a Abasp, referente a implantação e administração do cartão TOP. Negativa de acesso não configurada. Não conhecimento.

DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00369/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria dos Transportes Metropolitanos, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em recurso o órgão informou que os documentos requeridos já tinham sido encaminhados ao solicitante e reenviou a cópia do Estatuto da ABASP. Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a se manifestar o órgão explicou que disponibilizou todos os documentos que detém acerca do assunto abordado e salientou que não existe qualquer fato ou fundamento novo que enseje a reanálise ou envio de novos esclarecimentos: *"Em atendimento à demanda protocolada sob SIC nº 518592315915 (SEInº026.00002590/2023-76) encaminhada a esta Coordenadoria por intermédio do Despacho SIC nº 03/2023, manifestamo-nos o quanto abaixo. Constata-se o pleno atendimento aos questionamentos reiterados trazidos pelo cidadão, agora em sede recursal, tendo em vista o envio das informações e documentos acostados ao presente processo administrativo, quais sejam: (i) Parecer CJ nº 56/2019; (ii) Contrato EMTU nº 32/2006; (iii) Contrato EMTU nº 33/2006; (iv) Contrato EMTU nº 34/2006; (v) Contrato EMTU nº 40/2006; e (vi) Estatuto Social da ABASP. Assim, da análise dos elementos constantes do recurso apresentado pelo cidadão, observamos não haver qualquer fato ou fundamento novo que enseje a reanálise ou envio de novos esclarecimentos."*
4. Logo, considerando que a alegação do órgão é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente da aplicação dos princípios da boa fé e da fé pública, e que, a priori, não existem motivos para duvidar do que foi alegado, entende-se que não houve negativa de acesso, requisito imprescindível para apresentação de recurso, conforme teor do artigo 16, inciso I, da Lei federal 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), uma vez que os esclarecimentos foram prestados ao requerente em instância recursal anterior e foram confirmados através de interlocução realizada para subsidiar a presente decisão.
5. Desta forma, considerando que não houve negativa de acesso, **não conheço do recurso**, com fundamento no artigo 11, da Lei federal nº 12.527/11, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20, incisos I a IV, do Decreto nº 58.052/2012.

6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 09 de novembro 2023.

Valmir Gomes Dias

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias, Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 09/11/2023, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site